

EDITORA



UnB

Profissionalidade docente na Educação Profissional

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
Shirleide Pereira da Silva Cruz
(org.)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado



Profissionalidade docente na Educação Profissional

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
Shirleide Pereira da Silva Cruz
(org.)



Coordenação de produção editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Alexandre Vasconcellos de Melo
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P964

Profissionalidade docente na educação profissional / Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, Shirleide Pereira da Silva Cruz (org.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2020.
228 p. ; 23 cm. - (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-039-8

1. Educação profissional. 2. Professores - Formação. I. Silva, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da (org.). II. Cruz, Shirleide Pereira da Silva (org.). III. Série.

CDU 377

Sumário

Apresentação	11
--------------------	----

Parte 1 – Bases teórico-conceituais da profissionalidade docente

Sobre a profissionalidade docente: dimensões de análise do trabalho e formação para a Educação Profissional	17
---	----

Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução	17
---------------------	----

2. Sobre o conceito de profissionalidade docente: apontamentos analíticos do contexto da Educação Profissional	20
--	----

3. Sobre a profissionalidade como expressão da socialização profissional.....	26
---	----

4. A profissionalidade docente como modelo social para a profissão de professor	27
---	----

5. Dimensões constitutivas da profissionalidade docente na Educação Profissional	32
--	----

Descritores de profissionalidade para a Educação Profissional e Tecnológica	37
---	----

Cristiane Jorge Bonfim

1. Introdução	37
---------------------	----

2. Professor da Educação Profissional, profissão e profissionalidade: algumas relações.....	40
---	----

3. Conclusão	49
--------------------	----

Parte 2 – A produção acadêmica sobre o professor da Educação Profissional: analisando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A relação trabalho e formação docente na Educação Profissional: uma análise da produção acadêmica no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica **57**

Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução **57**
2. O trabalho e a profissionalidade docente na Educação Profissional: o que dizem os estudos **60**
3. Sínteses e considerações **67**

Profissionalidade docente de bacharéis na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise dos periódicos Qualis/Capes **75**

Lourenço Silva Teixeira, Janaína Tôrres Rocha, Hosineide de Freitas Resende e Diana Souza Lima

1. Introdução **75**
2. Sobre o “professor bacharel” na Educação Profissional: o que dizem as pesquisas **77**
3. Algumas considerações **85**

Análise da produção na ANPEd, no ENDIPE e no Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional sobre o professor da Educação Profissional” **91**

Janaína Tôrres Rocha e Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução **91**
2. Análise da produção nos eventos científicos sobre o professor da Educação Profissional **95**
3. Considerações finais **103**

Verticalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: estado do conhecimento.....**107**

Blenda Cavalcante de Oliveira

1. Introdução **107**

2. O trabalho docente na verticalização **109**

3. Algumas conclusões..... **120**

Professores iniciantes na Educação Básica e Tecnológica: o caso do PROEJA no Instituto Federal de Brasília **127**

Hosineide de Freitas Resende e Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução **127**

2. Apontamentos sobre a produção relacionado ao professor iniciante na Educação Profissional **130**

3. Diálogos com quem inicia a carreira docente no PROEJA..... **135**

4. Conclusões **137**

Parte 3 – Analisando o contexto do Instituto Federal de Brasília e a construção da profissionalidade docente na Educação Profissional

Perfil docente e atuação na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo do Instituto Federal de Brasília **143**

Amanda Oliveira de Faria Junqueira, Karina Lie Sato Iatomi, Júlia Faraj Benn e Mônica de Araújo Santos

1. Introdução **143**

2. Perfil de professores do Instituto Federal de Brasília: aspectos do ingresso e atuação na carreira docente **148**

3. Sobre a atuação profissional no Instituto Federal de Brasília **150**

4. Algumas considerações **154**

Apontamentos sobre o perfil dos respondentes dos questionários aplicados aos professores do Instituto Federal de Brasília.....157

Bárbara Luisa de Moura, Denize Oliveira Rodrigues Sodré, Jaqueline Alves Rodrigues da Silva, Quérem Dias de Oliveira Santos e Nathália Cassettari

- 1. Introdução 157
- 2. Perfil dos professores 158
- 3. Considerações finais 165

Dimensão política da profissionalidade docente na Educação Profissional: algumas reflexões.....169

Ingrid Louize Santos e Shirleide Pereira da Silva Cruz

- 1. Introdução 169
- 2. Considerações finais 176

Conhecimentos docentes necessários à formação e atuação na Educação Profissional: reflexões de docentes do Instituto Federal de Brasília..... 181

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, Shirleide Pereira da Silva Cruz, Claudirene Santos Brito e Sara Raquel Nunes Rodrigues

- 1. Introdução 181
- 2. Formação de professores para a Educação Profissional e a construção da profissionalidade docente..... 182
- 3. Conhecimentos necessários para Educação Profissional: o que dizem os professores 185
- 4. Considerações finais 192

A Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) na Educação Profissional no Instituto Federal de Brasília.....199

Kézia Andrade Silva Braga, Ana Carolina Sousa Uchôa, Mirian Aguiar Oliveira e Ana Sheila Fernandes Costa

- 1. Introdução 199

2. Sobre a profissionalidade docente: abordagem conceitual.....	200
3. A Organização do Trabalho Pedagógico (OTP): aspectos quanto ao planejamento da ação docente	203
4. Apontamentos da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) no Instituto Federal de Brasília: o que dizem os professores.....	204
5. Considerações finais	211

**Formação continuada de docentes na Educação Profissional:
analisando aspectos da construção da profissionalidade213**

Graziela Soares Grimm, Waldilene Santos do Nascimento, Raimundo Antonio Rodrigues de Oliveira, Shirleide Pereira da Silva Cruz e Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

1. Introdução	213
2. Profissão, profissionalidade docente e formação continuada.....	214
3. A formação continuada na visão dos professores da Educação Profissional	219
4. Algumas considerações	225

Parte 3

Analizando o contexto do
Instituto Federal de Brasília e a
construção da profissionalidade
docente na Educação
Profissional



Dimensão política da profissionalidade docente na Educação Profissional: algumas reflexões

Ingrid Louize Santos

Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) foi instituída pela Lei n.º 11.892/2008, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estas Instituições comumente têm sido chamadas de Institutos Federais (IFs) e são voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em nível médio e superior. De acordo com Silva (2009, p. 22), a denominação Instituições de Educação Superior (IES), Básica e Profissional, confere aos IFs uma natureza singular, pois em nossa organização educacional brasileira não é comumente corriqueiro atribuir a uma única Instituição a atuação em mais de um nível de ensino como se apresenta aos Institutos. Portanto, uma atuação docente também bastante singular, uma vez que para tal oferta educativa, diversificada e verticalizada, os professores muitas vezes não estão preparados e habituados para tais atribuições.

A característica do trabalho docente nos IFs é chamada de verticalização em “diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, tomando

para si a responsabilidade de possibilidades diversas de escolarização como forma de efetivar o seu compromisso com todos”. (BRASIL, 2008, p. 27). Desta forma, os docentes se veem diante de uma situação de trabalho que exige a verticalização das suas atividades pedagógicas, algo ainda frágil, tanto durante a sua formação inicial, seja bacharelado ou licenciatura, como em sua atuação devido, de forma geral, às condições de trabalho, dentre outros aspectos (OLIVEIRA 2016).

Historicamente, no que se refere à formação docente para a atuação na Educação Profissional (EP), muitas foram as diretrizes, decretos e pareceres emitidos por órgãos centrais da Educação no Brasil, na tentativa de melhorar, aperfeiçoar e regulamentar os meios de viabilização e profissionalização dos professores em seu processo de formação e capacitação ao longo dos anos para essa modalidade. Por exemplo, o Parecer do CNE/CP n.º 5/2006, de 04 de abril de 2006, que aprecia a Indicação CNE/CP n.º 2/2002 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica, trata das diretrizes curriculares nacionais para cursos de formação de professores da Educação Básica, definia que

[...] os cursos de licenciatura destinados à formação de professores para os anos finais do ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional de nível médio serão organizados em habilitações especializadas por componente curricular ou abrangentes por campo de conhecimento, conforme indicado nas diretrizes curriculares pertinentes (BRASIL, 2006).

Para Souza Machado (2008), essa organização, que é referendada pela Resolução nº 02/2007, inseriu a formação docente para a EP sem inserir uma discussão ampla sobre a possibilidade de sistematização e implementação de uma licenciatura própria para essa modalidade.

Partimos do pressuposto de que a formação é condição para a profissionalização docente, ou seja, para que os professores que atuam na EP sejam bem formados e que possam atender às necessidades sociais, políticas e pedagógicas da EP, é necessário articular formação adequada para as especificidades da atividade do seu trabalho, remuneração condizente, jornada de trabalho pertinente e plano de carreira; sintetizado

esses elementos, irá culminar numa valorização social e remuneratória para aqueles que assumem a docência nesse campo educativo específico.

Esse processo de profissionalização mais amplo é construído na dialética entre os aspectos sociais da profissão docente e os aspectos subjetivos daquele que se faz professor (CRUZ, 2012). Assim, traz à baila a reflexão sobre qual identidade profissional é construída por sujeitos que têm sua formação inicial, seja no bacharelado ou na licenciatura, e tem como demanda estabelecer um grau de pertencimento a uma modalidade de educação que possui especificidade na relação entre educação e trabalho, tal como se mostra evidente no contexto da EP, pois, além de lidar com a formação para o trabalho direto dentro de uma área técnica-profissional, essa mesma área reflete como a Educação é assumida na construção social de forma ampla, e não só restrita à formação de mão de obra.

De acordo com Cruz, Oliveira e Curado Silva (2015), após estudo de teses e dissertações sobre as perspectivas de análise para a docência na EP, dois aspectos parecem relevantes para se problematizar a construção da profissionalidade docente nessa modalidade. Um deles diz respeito a tomar como princípio epistemológico “[...] uma relação adequada entre a prática educativa e o mundo do trabalho, destacando-se, assim, a compreensão clara da função social da formação profissional que o docente da EPT está implicado”. (CRUZ; OLIVEIRA; CURADO SILVA, 2015, p. 760). O outro se refere à categoria profissional da compreensão dos estudos da docência, na qual se apresentam “[...] limitações e contradições existentes entre o reconhecimento positivo e negativo do campo pedagógico para a formação e atuação” (CRUZ; OLIVEIRA; CURADO SILVA, 2015, p. 761), ou seja, a não consolidação do campo pedagógico como afirmador da profissão docente no contexto da EP fragiliza o seu reconhecimento e pertencimento a um grupo profissional e, mais ainda, à sua função social, na qual está implicada a dimensão política da natureza compósita da função docente em todo e qual contexto educativo do qual faz parte (ROLDÃO, 2007; RIOS, 2003). Assim, no contexto da EP, o desafio de formação do profissional docente é: a demanda político-pedagógica que a sociedade

vive a cada dia; mais diálogos com o mundo do trabalho e a educação geral; práticas pedagógicas interdisciplinares e interculturais; enlaces fortes e fecundos entre tecnologia, ciência, cultura e processos de contextualização abrangentes.

Assim, o objetivo principal deste texto é: discutir a temática acerca da construção da profissionalidade docente atrelada ao perfil político desses docentes – bacharéis e licenciados; e de como essa posição política ativa de forma consciente pode contribuir para a identificação e pertencimento ao conjunto de profissionais docentes da EPT. Um dos descritores importantes da profissionalidade docente, segundo Roldão (2005), é a possibilidade associativa do corpo profissional docente para a partilha de saberes, o reconhecimento e a validação dos conhecimentos da profissão, bem como o acesso a ela. Para Rios (2003), a dimensão política da docência refere-se à capacidade de o professor articular os seus esforços com vistas à construção coletiva da sociedade, uma construção orientada para o bem coletivo pautada por princípios de solidariedade e respeito. Esses aspectos referendam uma dimensão política, uma vez que requer coletividade e tomadas de decisão. Para Silva (2006), a análise da profissionalidade prescinde a compreensão de três contextos que se articulam; um deles diz respeito aos valores e conteúdos para constituir a profissionalidade docente; é o contexto sociocultural da profissão que ganha relevância novamente à dimensão política da docência. Nesse sentido, ganha relevo a análise do perfil político docente e também a problematização sobre o sentimento de representatividade para com o sindicato, aspectos que enfocaremos neste texto.

Partimos de um levantamento bibliográfico sobre a relação educação e trabalho mais aproximado ao perfil político, visto que esta temática está intimamente ligada com a constituição da profissionalidade e trabalho no contexto e atuação dos professores na EP, utilizando como base de dados revistas qualificadas nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a partir das palavras-chave “Educação Profissional”, “Educação e trabalho”, “Profissionalidade docente” e “Perfil político”. Constatou-se uma certa escassez de pesquisas que dissertem sobre tal relação. Ao final do levantamento,

cujo recorte temporal foi a partir de 2008 até 2016, encontramos seis artigos que debatiam algumas das relações buscadas pelas palavras-chave elegidas, porém estes não serão objeto deste texto.

Posteriormente, aplicamos um questionário aos professores que atuam no Instituto Federal de Brasília (IFB), com 48 questões objetivas e subjetivas, compreendendo a análise dos elementos constitutivos da formação docente para a EP, com destaque para sua dimensão política, que traçam perfil sociopolítico dos docentes. A aplicação se deu de forma mais efetiva, presencial e tutoriada pelos integrantes do grupo pesquisador, oferecendo, de forma adicional, uma plataforma *online* do questionário, como ferramenta de maior alcance. Porém, houve muita dificuldade para o retorno das respostas aos questionários pelos docentes, necessitando um esforço contínuo para que conseguíssemos alcançar uma quantidade representativa para as análises. Ao fim desta etapa, concluímos um total de 99 questionários respondidos e tabulados de todos os *campi* do IFB. Atualmente, o IFB conta com nove *campi* em funcionamento: Campus Brasília, Campus Gama, Campus Planaltina, Campus Riacho Fundo, Campus Samambaia, Campus São Sebastião, Campus Taguatinga e Campus Estrutural; o Instituto realizou nos últimos três anos concursos públicos para o ingresso de profissionais no seu corpo docente. O corpo docente do IFB é composto tanto por licenciados como por bacharéis. De acordo com Junqueira (2016, p. 3), após análise de dados do setor responsável pela nomeação dos professores do IFB desde 2008,

O IFB apresenta, desde a sua criação, um número aproximado de 70 habilitações diferentes de profissionais nomeados para atuarem como docentes na Instituição, sendo que dessas, aproximadamente, 46 são licenciaturas e os 24 restantes são bacharelados, considerando que muitos cursos exigidos para os profissionais que atuarão na docência não possuem formação em licenciatura, formando, portanto, apenas bacharéis.

Desse cenário, então, depreende-se que as nomeações de professores para atuar neste Instituto são diversas, constatado pela autora:

O número de áreas que exigem habilitação em licenciatura é praticamente o dobro das áreas de habilitação em bacharelado, [...] entre 2009 e 2015, ocorreram aproximadamente 484 nomeações, sendo que o número de contratações por ano e áreas oscilou significativamente ao longo desses anos. (JUNQUEIRA, 2016, p. 4).

Esse aspecto reflete a prerrogativa existente na lei que institui a RFEPECT, Lei n.º 11.892/2008, em que 50% da formação desenvolvida nos Institutos deve ser dada por meio da oferta de 50% de vagas para o Ensino Médio Integrado ao Técnico, e 20% para a oferta de cursos de licenciatura, exigindo-se, portanto, a contratação de amplo espectro de licenciados e bacharéis. Assim, em sua origem já existe uma diversificação de áreas de formação dos professores que ingressam nessas Instituições, o que pode já gerar uma não articulação direta entre os professores no reconhecimento como categoria profissional coletiva. Algo que necessita, portanto, ser levado em consideração nas ações de formação continuada a serem desenvolvidas pelo Instituto.

A primeira questão a ser considerada diz respeito à participação em atividades político-sociais. Ao analisar a questão de participação dos professores nessas atividades, percebe-se uma discrepância, em que a maioria, cerca de 67%, diz que não participa desses movimentos, alegando, muitas vezes, a não identificação da classe e dos seus direitos. Isso contribui para a não identificação da docência como entidade social, e seu enfraquecimento como classe, favorecendo, assim, os embates entre os servidores pró e contra o movimento sindical atual, sendo o único movimento como espaço de desenvolvimento de atividades político-sociais.

Esse aspecto é referendado quando cruzamos essas respostas ao tópico do questionário que discute acerca da *filiação sindical*. Nesse quesito, o número de respostas negativas aumenta, chegando aos 76%. Provavelmente a não filiação pode ser justificada pelo frágil sentimento de representatividade que estes professores respondentes têm em relação ao seu sindicato de categoria. Setenta e dois por cento dos professores não enxergam o sindicato como o autor da sua representatividade política. Outros 28% acreditam e se sentem representados politicamente pela luta e defesa do sindicato.

Esses 28% que acreditam na representatividade sindical justificam que o sindicato realiza ações satisfatórias e solucionadoras em diversos problemas que ocorrem na carreira, além de se sentirem representados por aquilo que o sindicato realiza em favor do contexto político e social do país. Porém, a maioria alega não haver representatividade, enxergam o sindicato como mal condutor da imagem dos docentes, afirmando que não são percebidas articulações por parte do sindicato na atuação dentro dos IFs.

Os respondentes dizem, ainda, que se sentem mal representados, a começar pelos representantes escolhidos dentro dos próprios IFs e acreditam que a luta do sindicato deveria se pautar mais na situação trabalhista dos professores, e não somente por uma perspectiva político-partidária. Com base nas respostas obtidas, nota-se a ausência desses docentes no envolvimento com o sindicato. Apesar de toda a luta realizada ao longo dos anos pelo SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica), ainda assim algo que se mostra, portanto, contraditório, uma vez que de acordo com o site do SINASEFE – Seção IFB, entidade sindical fundada em 14 de abril de 2009 –, o Sindicato trabalha na luta dos ideais políticos para melhor participação e maior envolvimento dos professores nas decisões do Sindicato.

Perguntou-se ainda se os respondentes consideram que *o sindicato tem contribuído com a formação e profissionalização dos professores do IFB*. As respostas dadas indicam que 92% não consideram e nem tampouco atribuem à sua formação alguma ajuda ou apoio do sindicato local. Somente 8% consideram que o sindicato foi um meio de apoio à sua formação. Dentre os docentes que não se sentem apoiados pelo sindicato, a maioria diz que deveria haver mais incentivo à formação continuada. Apontam como justificativa o fato de os sindicatos não se demonstrarem preocupados, nem com a extensão da formação, nem com a valorização salarial e demais benefícios financeiros da carreira. Essas afirmações parecem endossar a indicação de Conciani e Figueiredo (2009), ao apontarem que parece existir uma falha de comunicação e diálogo entre a administração do Instituto, o seu

sindicato (como órgão representativo dos anseios e desejos dos professores) e o corpo docente entre si.

Segundo Silva (2006), existe uma desvalorização social, econômica e política da docência de forma geral. Com a era tecnológica, o papel do professor como detentor de informações vem sendo apagado por essa onda de instantaneidade e rapidez, proporcionada pela globalização e avanços da Internet. Ligado ao papel político, os professores não integram uma categoria articulada e capaz de lutar por seus direitos, muitas vezes contribuindo para a precarização e desistência da profissão. Parece, então, que no contexto da EP essa fragilidade em se estabelecer processos organizativos da categoria tendo o sindicato como entidade representativa relevante está ainda por se construir. Segundo a autora, os sindicatos e as associações sindicalistas já não conseguem negociações e vêm perdendo força e representatividade no meio sociopolítico. Os docentes não conseguem se identificar com os ideais propostas por essas organizações e, conseqüentemente, ficam à parte dessa luta por melhores condições de trabalho e valorização na sociedade.

2. Considerações finais

De acordo com Souza Machado (2008), existe uma semelhança quanto aos professores de Educação Básica e de EP, pois ambos comungam das mesmas necessidades com relação à valorização de sua formação, desenvolvimento profissional, condições de trabalho, salário e carreira, que os permitam enfrentar a precarização e se envolverem com todo o comprometimento necessário à educação de qualidade. Nesse sentido, os docentes do IFB respondentes do questionário aplicado justificam a não representatividade pelo fato de acreditarem que ainda não são valorizados o suficiente para se sentirem empoderados para lutar por uma causa política, pois muitos desses professores nem mesmo conhecem bem a luta, as ideias e o trabalho que o sindicato realiza nos IFs.

Verifica-se que, apesar da ausência efetiva do sindicato como representante dos professores, alguns dos entrevistados nem mesmo conhecem ou participam do sindicato

de professores. Com isso, nota-se que a formação e a capacitação desses profissionais deveriam viabilizar não somente técnicas de didática no momento de transmitir um conteúdo, mas, também, objetivar uma perspectiva de educação macro, de conscientização política e de valorização do ser humano em suas diferentes esferas sociais.

Dessa forma, pode-se afirmar que uma das principais funções do sindicato, assim como a da formação do professor, deveria ser a de conduzir e contribuir para a consolidação e prática profissional na obtenção de um olhar que ultrapasse os limites da "educação bancária" (FREIRE, 1980); em que não somente o aluno é visto ou dito como um depósito passivo de conteúdos lançados pelo professor, mas para assumir uma postura na qual o estudante é agente colaborador do processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, da (re)construção do seu próprio saber, viabilizando a condução de uma construção profissional e humana pautada na abrangência do olhar para o mundo e de suas necessidades.

Isso referenda a visão de que o professor não é um mero reproduzidor de teorias e práticas, mas pode ser capaz de refletir e de se renovar em sua própria prática docente se reconhecendo e valorizando a si mesmo como um profissional de qualidade e um agente político da sua profissionalização. Daí a relevância de se perceber como um agente ativo de construção do sindicato, pois essa organização não é um ente à parte desse processo, e, sim, a construção da própria profissionalidade. Não deve ser, portanto, um aglomerado de reclamações, mas um espaço de diálogo, de formação humana crítica e, principalmente, um reflexo dos profissionais que participam e que são a própria categoria, a coluna cervical da Instituição.

Os dados problematizados deste texto podem contribuir para que sejam empreendidas tomadas de posições de ordem sindical para que a aceitação e identificação possam ser mais vividas, fortalecendo a categoria e consolidando a profissionalidade dos docentes que atuam na EP, juntamente com sua visão do ser professor nesta modalidade. Conseqüentemente, colaborando para uma educação mais centrada da criticidade e identidade do educar. E que concluem para uma identificação da docência nesse campo cada vez mais inovador e tecnológico.

Referências

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer do CNE/ CP n.º 5, de 04 de abril de 2006. Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica. Disponível em: Acesso em: 10 abr. 2015.

CONCIANI, Wilson; FIGUEREIDO, Luiz Carlos. A produção de ciência e tecnologia nos Institutos Federais, 100 anos de aprendizagem. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Brasília, Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), v. 2, n. 2, p. 40-54, jun. 2009.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. *A construção da profissionalidade polivalente na docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental: as práticas e os sentidos atribuídos às práticas por professoras da Rede Municipal de Ensino do Recife*. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; OLIVEIRA, Blenda Cavalcante de; CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro. Perspectivas de análise da constituição da profissionalidade do bacharel docente na educação profissional e tecnológica. In: ANAIS DO VIII ENCONTRO BRASILEIRO DA RED ESTRADO TRABALHO DOCENTE E PNE: desafios à valorização profissional. *Anais...* Santa Maria-RS, 2015.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*. Teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980.

JUNQUEIRA, Amanda Oliveira de F. *Perfil docente na educação profissional tecnológica: um estudo do Instituto Federal de Brasília*. Relatório de Iniciação Científica- PROic/Universidade de Brasília. Mimeo, 2016.

OLIVEIRA, Blenda Cavalcante de. *O trabalho docente na verticalização do Instituto Federal de Brasília*. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RÊSES, Erlando da Silva. *De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor*. 2008. 283 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922008000200012. Acesso em: 30 jan 2017.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ROLDÃO, Maria do Céu. Profissionalidade docente em análise - especificidades dos ensinos superior e não superior. *Nuances: Estudos sobre Educação*, São Paulo, Ano XI, v. 12, n. 13, 105-126, jan./dez. 2005.

ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SILVA, Caetana Juracy Rezende (Org.). *Institutos Federais Lei n.º 11.892, de 29 de novembro 2008: comentários e reflexões*. Organização de Caetana Juracy Resende Silva. Natal: IFRN, 2009.

SILVA, Eliane Paganini da. *A profissionalização docente: identidade e crise*. 2006. 224 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2006.

SOUZA MACHADO, Lucília Regina de. Diferenciais inovadores na formação de professores para a Educação Profissional. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, Brasília, Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), v. 1, n. 1, p. 8-22, jun. 2008.

SOUZA MACHADO, Lucília Regina de. O desafio da formação de professores para a EPT e PROEJA. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, jul.-set. 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 17 maio 2017.

Profissionalidade docente na Educação Profissional

Este livro é fruto do esforço coletivo realizado na Universidade de Brasília (UnB) empreendido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos (GEPFAPe). Esse esforço girou em torno de uma questão central: *Quais são as dimensões constitutivas da profissionalidade docente na Educação Profissional?*. Tomou, assim, o Instituto Federal de Brasília (IFB) como o principal campo de pesquisa. O IFB, único na capital federal, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília (ETFB), mostrou-se ser uma instituição peculiar para analisarmos a construção da profissionalidade docente dentro desse cenário de oferta da Educação Profissional na região. Trata-se de obra que buscou constituir em práxis a pesquisa acadêmica sob os princípios do trabalho coletivo e da reflexão e intervenção social na constituição da formação de professores. Teve como desafio dialogar com gestores e professores licenciados nas diversas áreas e na Pedagogia, além dos professores-bacharéis, que constroem a profissionalidade docente para atuar na Educação Profissional no cotidiano dos institutos federais no Brasil.

As organizadoras



EDITORA



UnB